

Resenha do livro:

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.) **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007, 266 páginas.

Resenha por, César de Alencar Arnaut De Toledo¹ e Maria Madalena Sorato Gulla²

Os trabalhos reunidos neste livro são provenientes das conferências sobre o tema: “Instituições Escolares no Brasil” em duas jornadas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) em 2005, (V Jornada do HISTEDBR e VI Jornada do HISTEDBR). A Primeira foi realizada em Sorocaba no período de 09 a 12 de maio de 2005, na Universidade de Sorocaba (UNISO), e teve como tema geral “Instituições Escolares Brasileiras: História, Historiografia e Práticas”. Dando seqüência à discussão da temática, realizou-se em Ponta Grossa a VI Jornada, no período de 07 a 09 de novembro de 2005 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O tema central foi a “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil”.

As discussões sobre Instituições Escolares no Brasil estão apresentadas em cinco partes: Conferência de abertura; Instituições Escolares: Arquivos e Fontes; História das Instituições Escolares; Historiografia das Instituições Escolares e Instituições Escolares: Práticas e Etnias.

O primeiro capítulo traz uma reflexão do professor Dermeval Saviani sobre o conceito de Instituição. A palavra é de origem latina e apresenta uma variação de significados que podem ser agrupados em quatro acepções:

Na primeira acepção: disposição; plano; arranjo - é a idéia de ordenar e articular o que está disposto. Na segunda acepção: instrução; ensino; educação - contém a própria idéia de educar. A terceira acepção: criação; formação - refere-se tanto à construção de objetos tal como na produção técnica ou artística, como na criação e formação de seres vivos. E a quarta acepção: método; sistema; escola; seita; doutrina - retém a idéia de coesão, de aglutinação em torno de procedimentos e fazeres (método); de determinados elementos distintos formando uma unidade (sistema); e de idéias compartilhadas (escola, aqui, no sentido de um grupo de indivíduos reunidos em torno de um mestre ou de uma orientação teórica, como nas expressões “Escola Filosófica”, “Escola de Frankfurt”, “Escola dos Annales”); de uma crença e rituais comuns (seita); ou de um conjunto coerente de idéias que orientam a conduta (doutrina). Mas, mesmo perante a diversidade dos significados da palavra instituição, ela guarda a idéia comum de algo que não estava dado e que é criado, organizado, ou, constituído pelo homem e que por isso, por ter sido criado pelo homem apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a necessidades de caráter permanente. E por isso a instituição é criada para permanecer.

Para o autor, se as instituições surgem para satisfazer necessidades humanas, isto não significa que toda e qualquer necessidade humana exija a existência de alguma instituição para ser atendida. Sendo o homem um “ser de carência” desde sua origem, ele se move por necessidades. No limite, pode-se considerar o desenvolvimento da humanidade como sendo identificado com o processo de satisfação das suas necessidades. Esse processo, no entanto, realiza-se, num primeiro momento, de forma espontânea, ou seja, a atividade se desenvolve de maneira assistemática e indiferenciada, não se distinguindo os seus elementos constitutivos. A partir de certo estágio de desenvolvimento, surge a exigência de intervenção deliberada, quando são identificadas as características específicas que diferenciam a atividade em questão das demais atividades às quais se achava ligada. É a partir daí que uma atividade se institucionaliza, isto é, cria-se uma

instituição que fica encarregada de realizá-la. Ou seja, o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal e espontânea.

Após apresentar o conceito de instituição, o professor Dermeval Saviani reporta ao tema central da V Jornada do HISTEDBR de Sorocaba, **Instituições Escolares Brasileiras: História, Historiografia e Práticas**. Para o autor a distinção entre esses três aspectos: história, historiografia e práticas, é apenas formal, pois, incidem sobre o mesmo objeto, as instituições escolares brasileiras, sendo, pois, objetivamente inseparáveis. Trata-se, contudo, de uma distinção não arbitrária, mas logicamente necessária, pois corresponde ao caminho que o ser humano percorre para apreender a realidade e a reproduzir no plano do conhecimento. Saviani observa também que a introdução das práticas entre os aspectos a serem considerados envolve uma mudança no critério que orientou a enunciação do tema da jornada, suscitando questões tais como: as práticas, então, não seriam abordadas em termos históricos? Se a instituição é por definição, uma unidade de ação, um sistema de práticas, como fazer história das instituições escolares sem considerar as sua práticas?

Para o autor é útil levantar esse problema, mesmo porque a introdução das práticas nas investigações de caráter histórico-educacional traz uma série de questões que precisam ser enfrentadas, a começar pela noção de “cultura escolar” ou “cultura da escola”, que recorrentemente aparece como correlato do conceito de “práticas escolares”. Ressalta também que a introdução da noção de *práticas* no tema da jornada teve o sentido de chamar a atenção para sua importância. E isso se justifica diante do fato de que a história das instituições teria incidido mais sobre as formas de sua organização, a partir dos documentos que as instituíram ou as reformaram, ficando de lado, ou em segundo plano, a análise das práticas por elas desenvolvidas.

Na VI Jornada do HISTEDBR, realizada em Ponta Grossa, o professor Saviani deu continuidade ao debate sobre o tema instituições escolares brasileiras. Com o tema **Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil**. O autor propõe uma análise muito significativa para os pesquisadores das instituições escolares no Brasil. Diante de uma exaustiva análise do léxico do tema instituição escolar, propõe que para a reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras, é necessário admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que necessitamos conhecer. Segundo ele, é a partir do conceito de instituição, de modo geral, e de instituição educativa, em particular, que nós podemos caracterizar os elementos básicos constitutivos da instituição escolar para efeitos de sua reconstrução histórica.

O segundo capítulo, de autoria de Maria Elisabeth Blanck Miguel, **Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares**, revela a preocupação da autora com relação às fontes para a reconstrução histórica das instituições escolares, uma vez que esse estudo, que também se faz por meio da documentação que registra suas histórias, nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. E isso faz com que a coleta, a seleção, a recuperação e a organização das fontes exijam um determinado tempo, porém, constituem também importantes etapas do trabalho de pesquisa.

A autora relata duas experiências de pesquisa por ela desenvolvida. Uma pesquisa com um grupo de alunas que estudou a educação de Tijucas do Sul, município situado a 62 km de Curitiba, cujo objetivo era escrever a história da educação do município. E uma outra pesquisa referente à Escola de Professores, hoje Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Piloto. Nesta a pesquisa do grupo não objetivava pesquisar a instituição, mas sim, a Escola Nova, seu início, consolidação e sua expansão no Estado do Paraná.

Com esses relatos a autora procura esclarecer que é possível conhecer a história das instituições escolares em arquivos que não sejam somente os propriamente escolares como foi o caso da pesquisa sobre a educação em Tijuca do Sul, onde as fontes não estavam nas escolas, mas sim, guardadas pela Secretaria de Educação do município.

Sérgio Castanho escreve o terceiro capítulo, intitulado **Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil**, onde se propõe analisar, no final do Império e no período da Primeira República no Brasil, o processo de institucionalização escolar, isto é, o momento em que a educação passou ser realizada na escola, como exigência da modernidade, marcada pela regionalização da manufatura e que pressupunha uma organização, com agentes especializados, procedimentos próprios, recursos instrumentais pertinentes (manual didático), além de espaço adequado.

Para Castanho o processo de institucionalização escolar se deu no decorrer do Império brasileiro, observadas as especificidades dos níveis e modalidades educacionais. Houve, com efeito, a par de uma profunda arritmia social nesse processo, de jeito que diferentes camadas da sociedade praticavam formas diversas de educação, também com ritmos diferentes, marcando a institucionalização escolar nos diversos níveis e modalidades em que se realizava.

O tema **Por uma ampliação da noção de documento escolar**, da professora Diana Gonçalves Vidal, traz sua preocupação com a preservação da documentação escolar que, muitas vezes, pelo descaso institucional para com os documentos antigos, são considerados pela escola, em geral, como arquivo morto e concebido como um depósito da documentação que já perdeu sua validade legal e, portanto, não possuem valor. Daí a importância dada pela autora de se pensar sobre o lugar do arquivo na instituição escolar e a proposta por uma ampliação da noção de documento escolar na perspectiva de se conferir mais visibilidade à cultura e às práticas escolares.

A professora Diana Gonçalves Vidal faz também uma descrição dos bastidores de sua pesquisa de doutoramento sobre o cotidiano do Instituto de Educação do Rio de Janeiro de 1932 a 1937. Ela utilizou como fontes a documentação guardada no arquivo morto da instituição, e isso lhe permitiu refazer os passos de tantos outros pesquisadores que haviam encontrado nos documentos mantidos pelas escolas fontes inestimáveis sobre história das práticas escolares e das relações pedagógicas.

Revela Vidal que foi nesse momento que a cultura material da escola atraiu sua atenção pela primeira vez. E no estudo sobre a biblioteca escolar, os livros serviram de senda para a compreensão das práticas pretéritas de leitura instauradas na instituição.

A terceira parte do livro conta com a contribuição de José Luis Sanfelice, no capítulo intitulado **História das instituições escolares**, no qual o autor faz um balanço das produções sobre o tema instituições escolares, mostrando que nos últimos anos tem aumentado, de modo considerável, as pesquisas sobre a história das instituições escolares ou da história das instituições educativas.

O autor esclarece que, quando se toma a decisão de pesquisar a história de uma instituição escolar ou de uma instituição educativa, o condicionante inicial que se põe é o da temporalidade. São instituições que existiram e acabaram ou que existiram e sobrevivem até os dias de hoje? No primeiro caso, vai-se em busca de uma história do passado, e no segundo caso é necessário optar por uma história somente do passado ou por uma história do passado e do presente. Porém, em ambas as situações, acaba-se, com frequência, por priorizar um determinado período da história da instituição em detrimento de outros.

O professor Sanfelice reforça, porém, que os mergulhos feitos pelos pesquisadores no interior das instituições e suas tentativas de montar o quebra-cabeça que se lhes

apresentam, exigem que busquem ar para não se afogarem em águas turvas. Segundo ele, nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso, afirma Sanfelice, é fundamental olhar para o seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro.

José Carlos Souza Araújo, no capítulo **As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia**, marca seu eixo de reflexão em torno das instituições escolares como projetos historicamente manifestos e centrados em concepções antropológico-educativas diversificadas. Afirma o autor que, concretamente, as instituições escolares, para além de sua materialidade revelada em edifícios, e para além de sua estruturação organizativa (de caráter espacial, administrativa e pedagógica), configuram-se com orientações diversas.

Para Araújo não é possível, portanto, afirmar as instituições escolares somente como expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas, mas, sim, como co-partícipes de projetos históricos, particularmente os vinculados às visões de mundo que se confrontam em uma dada conjuntura, fazendo valer uma dada concepção, que se põe, por exemplo, pelas instituições escolares, como estratégia, como influência em vista do exercício de disputa e de hegemonia. Por isso, segundo o autor, a razão de ser da escola não se explica, fundamentalmente, apenas pela sua materialidade, por sua organização, ou por sua pedagogia, ou por quaisquer outros dispositivos, mas, necessariamente tais aspectos operacionalizam, sinalizam e revelam projetos de ordem ideativa.

Portanto o que o professor Araújo propõe em seu trabalho é privilegiar, na análise, três diferentes projetos que orientaram concretamente a gênese, a implantação e a consolidação de instituições escolares no período da Primeira República. E por isso estruturou seus estudos em três núcleos:

- a) Projeto republicano.
- b) Projeto confessional católico.
- c) Expressões institucionais privadas não-confessionais.

Na quarta parte do livro, o professor Carlos Monarcha, traz sua contribuição com o texto **História da Educação brasileira (esboço da formação do campo)**, onde vem a explicar a prática de interpretação e reinterpretação do passado. Para ele, no Brasil, a partir dos anos de 1930, visava-se conferir um sentido à formação social, o que aprofundou a institucionalização dos “estudos brasileiros” e/ou “estudos sociais”, conforme terminologia da época. Ressalta, também que nos órgãos universitários, principalmente os organismos estatais recém-criados, iniciava-se o fenômeno polemicamente denominado de “fase científica” e/ou “era universitária” das ciências humanas e sociais, no Brasil, conforme formulações de Fernando de Azevedo e Manoel Bergström Lourenço Filho.

A professora Ester Buffa, no texto **Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas**, faz uma abordagem sobre a história de instituições escolares, referindo-se aos trabalhos desenvolvidos principalmente a partir dos anos de 1990. A autora identifica as características marcantes da produção acadêmica relativa à nossa história da educação no período atual, de consolidação da pós-graduação, que é a denominada crise dos paradigmas teóricos. Da crítica às visões genéricas e paradigmáticas da educação brasileira, que não conseguiam abarcar sua complexidade e diversidade, muitos historiadores partiram para a proposta de pluralidade epistemológica e temática, privilegiando o estudo de objetos singulares.

Segundo Ester Buffa, temas como cultura escolar, considerados inclusive na sua materialidade, livros didáticos, disciplina escolares, práticas educativas, questões de gênero, infância, organização do espaço escolar e instituições escolares, têm sido temas

privilegiados por nossos historiadores da educação. A nova história, a história cultural, a nova sociologia, e a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas dominantes nas pesquisas realizadas. O aspecto positivo dessa tendência, que perdura ainda hoje, diz respeito à ampliação das linhas de investigação, à diversificação teórico-metodológica e à utilização das mais variadas fontes de pesquisa.

Em **Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico**, a professora Olinda Maria Noronha demonstra que a história das instituições escolares não se constitui em uma área nova de estudos na história da educação, tendo já registrado um número bastante significativo de trabalhos sobre a instituição escola, embora muitos deles tenham sido de cunho sociológico, descritivo ou oficial. Afirma a autora que o que é recente no campo da história da educação e, especialmente, da historiografia das instituições educativas, como no âmbito da história da educação é a tentativa de escrever a história das instituições escolares rompendo com a perspectiva oficialista e também com as descrições dos registros oficiais das escolas.

A quinta parte do livro traz o texto de Jorge Luis Cammarano González, intitulado **Instituições escolares: práticas**, onde o autor faz uma análise do tema abordando como ele pode ser apresentado, em sua proposição, como uma expressão merecedora de um mínimo de esclarecimento quanto ao seu significado e correspondente filiação teórica. Para González trata-se da expressão práticas, aqui articulada ao universo das instituições escolares. Esclarece que o assunto exige investigar que concepção de prática marca presença nas propostas educacionais em curso; investigação que, em seus desdobramentos, nos auxiliaria no exame dos processos de produção e de apropriação de conhecimento, propostos na perspectiva de formação do indivíduo.

Na seqüência, Serlei Maria Fischer Ranzi apresenta o texto **O espaço compartilhado do Ginásio Paranaense e a construção da idéia da escola como “um lugar”**. Nele a autora revela os resultados de estudos por ela organizados e que teve como objeto de investigação o Ginásio Paranaense, do período chamado Primeira República. Ranzi destaca a relevância do recorte temático e temporal para a compreensão da maneira como as políticas nacionais foram apropriadas no local, e de que forma o processo de equiparação, para o Ginásio Paranaense, no conjunto das leis republicanas, propiciou as condições para a legitimação do ensino secundário e permitiu a trajetória ascendente para esse grau de ensino.

Teresa Jussara Luporini, no capítulo **Instituições escolares: etnia e educação escolar** tece reflexões acerca das questões que se referem às características do processo educacional entre imigrantes, definido pelo isolamento em relação à vida nacional no contexto histórico de afirmação da nacionalidade brasileira, no qual se constituía a dinâmica escolar, religiosa e sociocultural tendo como estrutura as condições de seu país de origem.

A autora desse capítulo do livro tem como propósito articular o momento histórico da imigração (meados do século XIX e início do século XX) ao contexto de constituição de escolas étnicas inseridas na realidade encontrada em terras brasileiras, onde não havia uma rede de escolas que desse conta de atender às forte tradição cultural dos imigrantes por educação escolar, uma vez que o poder público nem sequer atendia às crianças brasileiras que viviam em regiões urbanas, sendo difícil a existência de escolas na zona rural e em regiões próximas às que se instalaram os imigrantes.

Ainda tendo como foco práticas e etnias na história da educação, Anaete Regina Schelbauer, no texto **Etnia e Educação escolar: um breve balanço sobre o método de ensino no processo de institucionalização das escolas primárias no Brasil**, objetivou identificar as aproximações por meio do que chama de “identidade com o tema sugerido”.

A autora analisa sua trajetória com a pesquisa em história da educação, que se tem construído a partir da compreensão da constituição da escola primária no Brasil entre as décadas finais do século XIX e início do XX. Isso tanto no que se refere aos debates acerca da importância desse nível de escolarização em meio às questões sociais, econômicas e políticas que permeiam esse contexto, quanto às questões voltadas às práticas e concepções pedagógicas que foram adotadas no momento de constituição da escola primária no Brasil.

Após as explicações iniciais, a autora encaminha a reflexão acerca do método de ensino no processo de institucionalização das escolas primárias no final do Império e no período da Primeira República para atender crianças, negras, mestiças, órfãs e imigrantes no país.

Finalmente, o livro é fechado com o texto **Em busca da historicidade das práticas escolares**, de Gilberto Luiz Alves. Nele o autor propõe ao leitor uma reflexão sobre práticas escolares a partir da questão: o que são práticas escolares desenvolvidas dentro das instituições sociais devotadas à educação? Segundo Alves, a pergunta se justifica pelo fato de que os educadores não têm clareza do que elas efetivamente são. Ainda segundo ele, o motivo é simples: é raro constatar a preocupação, entre eles, os educadores, de recuperação da historicidade das práticas escolares. Isso porque, para Alves a demonstração poderia começar pelo reconhecimento da necessária vinculação que existe entre essas práticas e o mundo do trabalho.

Contudo, afirma Alves que isso não basta, pois, além desse reconhecimento, que parece óbvio, há que se distinguir, também que o trabalho ganhou características muito diferentes ao longo da história, por força das determinações dos diferentes modos de produção que marcaram a existência da humanidade. Há que se reconhecer, ainda, que no interior do próprio modo de produção capitalista, dominante em nosso tempo, como decorrência da alteração da correlação de forças entre as diferentes classes e frações de classe, em distintos momentos de seu desdobramento, também as práticas escolares ganharam configurações específicas.

Neste sentido, tendo em vista a importância das instituições escolares como objeto de análise para a pesquisa na história da educação, a leitura do livro **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** é imprescindível para todos os pesquisadores e educadores de história da educação brasileira. É um livro bastante abrangente quanto à sua proposta e conteúdo, e apresenta significativas discussões acerca da temática proposta. Além disso, as referências bibliográficas indicadas pelos autores permitem um maior aprofundamento nos diferentes temas abordados, destacando sua atualidade e diversidade. A leitura do livro oportuniza uma possibilidade de renovação da própria área de História da Educação.

O livro tem também o mérito de popularizar as reflexões teóricas do mais importante grupo de pesquisadores da História da Educação Brasileira, e que fazem parte do HISTEDBR. O grupo tem capitaneado grande parte da própria produção acadêmica da área. A atuação do grupo é determinante para os rumos da pesquisa em História da Educação no Brasil. E o livro mostra esse tão importante papel desempenhado pelo grupo.

¹ Doutor em Educação pela UNICAMP (1996), professor no Departamento de Fundamentos de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PR). Direção eletrônica: caatoledo@uem.br

² Aluna do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PR). Direção eletrônica: mmsorato@yahoo.com.br